

Desconcentração demográfica e interiorização da migração no Brasil: o que há de realidade e ficção nesse processo?.

José Marcos Pinto Da Cunha, Carlos Lobo y Alberto E. Jakob.

Cita:

José Marcos Pinto Da Cunha, Carlos Lobo y Alberto E. Jakob (2025). *Desconcentração demográfica e interiorização da migração no Brasil: o que há de realidade e ficção nesse processo?.* XVIII Jornadas Argentinas de Estudios de Población - V Congreso Internacional de Población del Cono Sur. Asociación de Estudios de Población de la Argentina, Córdoba.

Dirección estable: <https://www.aacademica.org/xviii.jornadas.aepa/19>

ARK: <https://n2t.net/ark:/13683/exQq/ymy>



Esta obra está bajo una licencia de Creative Commons.
Para ver una copia de esta licencia, visite
<https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/deed.es>.

Acta Académica es un proyecto académico sin fines de lucro enmarcado en la iniciativa de acceso abierto. Acta Académica fue creado para facilitar a investigadores de todo el mundo el compartir su producción académica. Para crear un perfil gratuitamente o acceder a otros trabajos visite: <https://www.aacademica.org>.

DESCONCENTRAÇÃO DEMOGRÁFICA E INTERIORIZAÇÃO DA MIGRAÇÃO NO BRASIL: O QUE HÁ DE REALIDADE E FICÇÃO NESSE PROCESSO?

I. Introdução

As tendências da redistribuição espacial da população brasileira, decorrentes em boa medida da migração interna, têm sido abordadas por vários investigadores, em especial pelos demógrafos. Mesmo com os poucos dados já liberados pelo IBGE sobre o Censo Demográfico de 2022, é possível ter alguma ideia do que se passou em termos migratórios no Brasil, incluindo a confirmação de sinais que indicam a redução da migração interna de longa distância, já anunciada com os dados da primeira década dos anos 2000 (em especial nos casos daqueles fluxos tradicionais nordeste-sudeste e até mesmo no destino às fronteiras agrícolas e minerais). De forma análoga, também é possível, através destes dados preliminares, apostar numa perda de atratividade das grandes regiões metropolitanas, particularmente aquelas do sudeste brasileiro. Por outro lado, mesmo que em patamares menores, já se pode pensar num redirecionamento de parte dos fluxos interestaduais para as áreas influenciadas pelo agronegócio, haja vista que muitos dos municípios que mais cresceram no país foram justamente aqueles localizados nestas áreas.

Nesse sentido, o presente trabalho busca fazer uma espécie de releitura dos dados censitários no Brasil, em particular os já disponíveis para 1991, 2000 e 2010, no sentido de buscar novas evidências sobre a existência ou não de uma real desconcentração demográfica, de maneira geral, e da migração, de maneira particular. Nossa impressão e hipótese, sobretudo baseada nos dados que serão apresentados nesse trabalho, é de que, se é verdade que se nota certa desconcentração, ou mesmo dispersão da população, é apenas relativa e localizada, uma vez que as grandes concentrações urbanas pouco alteraram sua influência no território nacional. Ademais, cabe ainda ressaltar indícios inversos, de ampliação dos nexos com as metrópoles e entorno, dados os movimentos da população no espaço, notadamente do sudeste brasileiro.

II. Desconcentração, dispersão ou redistribuição espacial: o significado das migrações na análise das concentrações urbanas no Brasil

Richardson (1980), ao analisar a distribuição espacial das atividades produtivas em um modelo econométrico, foi um dos pioneiros no debate sobre o suposto processo de

reversão da polarização. Para esse autor, nesse mesmo trabalho, o crescimento continuado da concentração não leva a um contínuo aumento da eficiência econômica, uma vez que os benefícios marginais derivados da escala urbana e da concentração tendem a diminuir a partir de certo tamanho, quando haveria uma mudança de tendência de polarização, passando a prevalecer forças de dispersão espacial. Redwood III (1984), em complemento ao trabalho de Richardson, descreve o processo de dispersão por uma sequência de fases: no início haveria um processo bem definido de concentração econômica, quando se estabelecem um centro e uma periferia; em seguida ocorreriam transformações estruturais na área central, em que os núcleos adjacentes passariam a apresentar crescimento mais acelerado do que o centro; o terceiro estágio marcaria o início do processo de reversão da polarização, quando observa-se uma dispersão ampliada; na sequência a dispersão também atingiria os centros secundários; e finalmente, a área central passaria a perder relevância.

No Brasil, um dos primeiros trabalhos que avaliou a ocorrência de uma possível reversão da polarização foi produzido por Townroe e Keen (1984). Os autores consideram que esse processo se materializou a partir do ponto em que a concentração da população urbana na região central começa a declinar, de modo que a razão entre a população da maior cidade e a população total do Estado começa a decrescer. Propuseram quatro índices de reversão da polarização: porcentagem da população urbana localizada na área metropolitana; mudança na porcentagem da população urbana localizada na área metropolitana; porcentagem do crescimento da população urbana absorvido pela área metropolitana; e diferença da taxa média anual de crescimento populacional entre a área metropolitana e o restante do Estado.

Ainda que possa parecer bastante atraente, a hipótese sobre o possível processo de reversão da polarização no Brasil, sofreu inúmeras críticas ao utilizar esses modelos para interpretar a realidade local. As controvérsias vão desde as evidências empíricas, até o tipo de variáveis e a metodologia utilizada para análise. Azzoni (1986), por exemplo, critica o fato de o tamanho da cidade ser considerado indicador de economias aglomerativas, cujas vantagens estariam presentes no ambiente urbano. A ideia essencial é que a atração regional transcende o ambiente urbano, embora os custos locacionais sejam essencialmente urbanos. Azzoni acredita que a Região Metropolitana de São Paulo não deve ser considerada referência para análise das alterações espaciais no Estado paulista, mas sim a ação de um campo aglomerativo que inclui um conjunto de cidades,

num raio de aproximadamente 150 km da Região Metropolitana. Diniz (1993), inclusive, vai além, e considera que o “espraiamento” industrial brasileiro não ocorreu apenas dentro do limitado raio de 150 km da área metropolitana de São Paulo. Para esse autor, após a incontestável concentração econômica e demográfica verificada até final da década de 1960, iniciou-se, em um primeiro momento, o processo de reversão dessa polarização. Entretanto, o processo de desconcentração não teria ocorrido de modo ampliado no espaço, mas sim de forma seletiva. Em uma segunda fase, ocorreria a relativa reconcentração no polígono definido pela região formada por Belo Horizonte-Uberlândia-Londrina/ Maringá-Porto Alegre-Florianópolis-São José dos Campos-Belo Horizonte.

Especificamente no âmbito dos estudos de população, foram menos frequentes as investidas para se avaliar a hipótese de desconcentração e/ou dispersão foram empreendidas. Champion (1994), por exemplo, ao enfatizar especificamente dados demográficos, utilizou as estimativas oficiais anuais da população para examinar mudanças na escala de deslocamento urbano-rural na distribuição da população britânica desde os anos 1960. Os resultados apresentados revelaram que o nível de desconcentração população no âmbito regional atingiu seu ápice no início da década de 1970 e, desde então, a taxa de perda de população observada em Londres e em várias outras grandes cidades diminuiu acentuadamente. Ao contrário da experiência dos EUA e de outros países europeus, a Grã-Bretanha, em meados dos anos 1980, experimentou um ressurgimento do crescimento não-metropolitanas, que teve impacto generalizado em todo o país (Champion, 1994). Por outro lado, Lipshitz (1996), ao examinar a população e a migração em Israel, no período de 1948-1992, observou que a característica mais comum foi uma desaceleração ou mesmo reversão na tendência da concentração, que vem operando amplamente na década anterior, ainda que os resultados não sejam generalizados para todas as regiões do país. Uma das conclusões do estudo foi que a maioria das pessoas que se desloca de regiões centrais escolheu como seus destinos localidades nas periferias metropolitanas.

No caso brasileiro um dos primeiros trabalhos que avaliam o processo de desconcentração demográfica foi elaborado por Matos (1995), que observou importantes mudanças no padrão de distribuição espacial da população em curso, ainda que o verdadeiro alcance desse fenômeno no país fosse incerto, ainda que fosse seguro afirmar que as pessoas, tanto quanto as atividades, reagem aos impactos das deseconomias de aglomeração buscando

localizações alternativas. Lobo e Matos (2011), mais tarde, ao analisarem a dispersão espacial no Brasil nas décadas de 1980 a 2000, concluíram que não era possível confirmar o processo de reversão da polarização nos termos propostos por Richardson, nem pelo modelo de desconcentração econômico-demográfica analisada por Redwood III. Na verdade, as evidências apresentadas apenas oferecem sinais bem localizados de dispersão espacial da população, como no caso específico da Região de Influência de São Paulo, cujo volume dos fluxos migratório para os principais polos de atração sugere tratar-se de uma forma de "dispersão polinucleada".

Já no começo dos anos 2000 em um estudo comparativo realizado para a América Latina, Cunha (2002) já alertava para o caráter relativo da desconcentração urbana y, sobretudo, para o risco de se apostar em um processo de desmetropolização dos países da região. Com base em dados de vários países latino-americanos, o autor, mesmo reconhecendo uma atenuação do processo de concentração destacava que “Sin embargo, creer que este fenómeno implica otro, el de una desconcentración demográfica en alta escala es, a nuestro juicio, una conclusión demasiado precipitada...” (p. 33). Nesse sentido, completava seu raciocínio considerando que “Lo que puede estar sucediendo en algunos países no es necesariamente un proceso rumbo a la “desmetropolización”, “interiorización” o “desconcentración” significativa de la población sino uno que va hacia una redistribución regional menos concentradora...” (p. 40).

Em trabalho ainda mais recente sobre as tendências da urbanização na América Latina, Chávez Galindo et al (2022) defendem a ideia de que “aunque las tendencias del período de reestructuración económica pueden sugerir un movimiento de significativa desconcentración en las aglomeraciones urbanas de estudio, eso no ocurrió con la fuerza esperada”. Ou seja, as evidências do estudo sugerem que não se está diante de um processo intenso e muito menos generalizado de desconcentração metropolitana, estando este – e apenas em alguns países - muito mais próximo do que se poderia rotular como uma “desconcentração-concentrada”, como o que se constata no caso do Estado de São Paulo.

Além das controvérsias sobre o processo de dispersão espacial da população, ou de uma suposta reversão da polarização e/ou de desconcentração espacial, que parecem pouco evidentes no caso brasileiro, cabe, contudo, reforçar o significado sobre as formas de mobilidade espacial da população, notadamente das migrações. Se o modo como são organizados os elementos do espaço pode ser visto como um resultado histórico da

atuação dos atores sociais, os diferentes tipos de fluxos, como de informação, capitais e pessoas, permitem e induzem o dinamismo de formas e funções dos elementos que compõem e caracterizam o espaço. Para Santos (1997), é exatamente a necessidade de fluidez é uma das mais importantes características do mundo atual. Nesse sentido, os fluxos migratórios, que por definição envolvem o movimento de populações no espaço, em determinado intervalo ou em pontos definidos no tempo, são, por essência, manifestações dessa fluidez que se materializam no espaço. Envolvem contingentes que se deslocam no espaço, que não são apenas resultado de escolhas pessoais e/ou aspectos estruturais (econômicos e/ou sociais), mas indutores de outros fluxos, como, por exemplo, investimentos, tecnologias e recursos. Se a análise dos fluxos migratórios é recorrente nos estudos demográficos, ainda são escassos os trabalhos que incorporam diretamente a migração como dimensão decisiva no processo de desconcentração ou dispersão espacial, ou mesmo regional.

Para Limonad (2007), por exemplo, embora possa ter havido uma difusão da dispersão urbana em diversas partes do mundo, ainda persistem formas de urbanização mais intensiva. Mesmo que ambas as formas (dispersa e intensiva) levem a uma expansão territorial da malha urbana, diferem na forma final que assumem. Ao tecido urbano esgarçado, fragmentado e pulverizado da urbanização extensiva, característico do que Francesco Indovina denominou de “arquipélago metropolitano”, contrapõem-se grandes aglomerações urbanas com alta densidade, onde se reforça a primazia da metrópole e da cidade concentrada e compacta. No Brasil essa dispersão assumiu diversas manifestações quanto à localização, seja enquanto forma de expansão das periferias metropolitanas, seja pela multiplicação dispersa de pequenos aglomerados urbanos em bacias de emprego, ou sob a forma de clusters industriais, de serviços ou turísticos, acompanhados muitas vezes pela formação de condomínios ou megacondomínios fora das áreas urbanas (Limonad, 2007).

Levando em consideração não apenas as formas de mobilidade espacial da população, mas também os processos espaciais associados de reconfiguração territorial das metrópoles e suas regiões de influência, como formas de possível delimitação das áreas consideradas dispersas, o conceito de cidade-região ganha relevância explicativa na atualidade. De acordo com Lencioni (2000), ao analisar o caso paulista, os processos socioespaciais contemporâneos de dispersão regional, nos quais trabalha os mecanismos de reestruturação produtiva e integração regional, provocaram uma cisão territorial das

indústrias na área metropolitana. Torna-se, portanto, fundamental entender a cidade-região como uma configuração dos processos socioeconômicos e socioespaciais característicos da contemporaneidade, cujo conceito se enquadra em um contexto de dispersão populacional das metrópoles, processos que podem ser evidenciados, por exemplo, pela migração e pelos deslocamentos pendulares (LENCIONI, 2000). Em conjunto, ou em separado, as diferentes formas de mobilidade da população, notadamente pela migração, são significativas e relevantes para entender a conformação das áreas de influência metropolitana de cada centro urbano/metropolitano. Também são essenciais para analisar o real poder de atração das grandes aglomerações populacionais, tais como as “Concentrações Urbanas”, assim denominadas pelo IBGE.

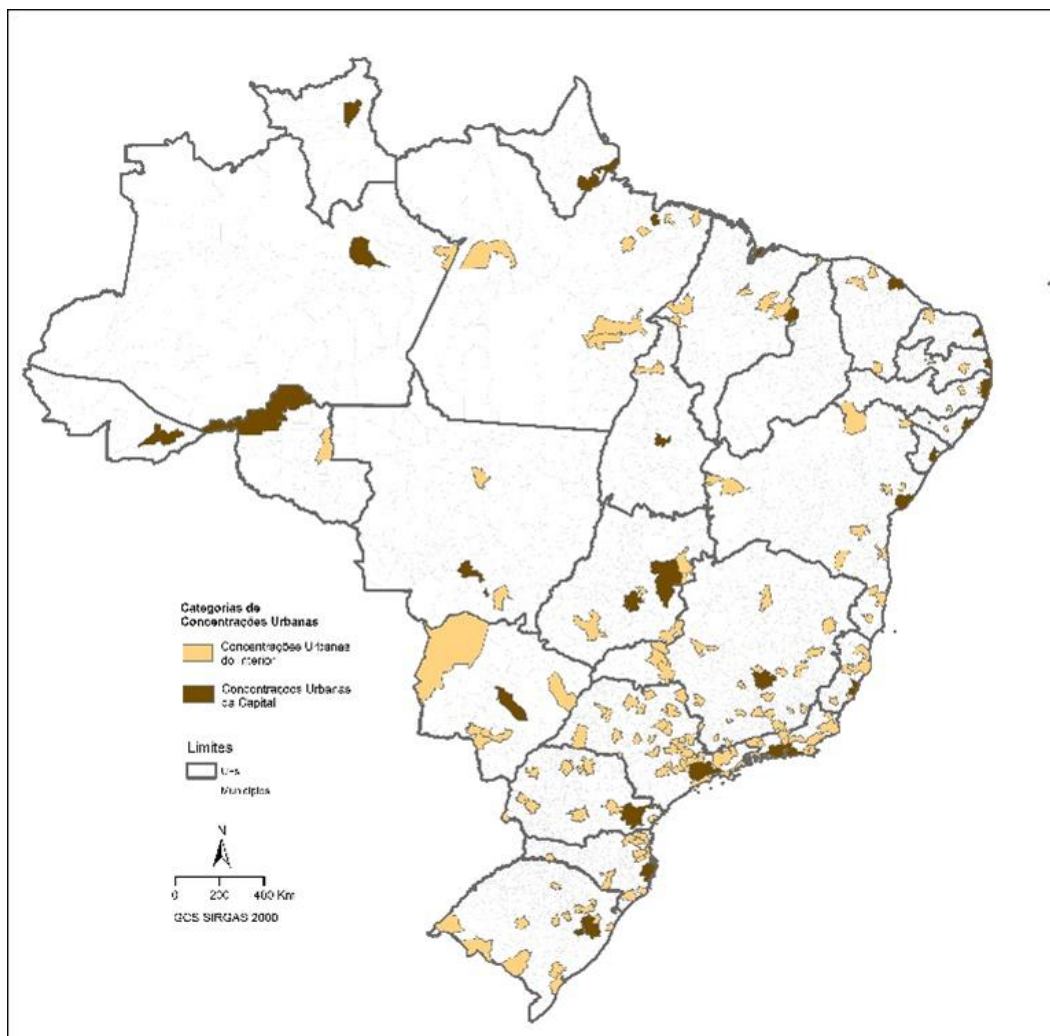
III. Métodos

Um dos primeiros desafios metodológicos refere-se ao esforço para se avaliar o processo de desconcentração da população, é definir o centro ou as centralidades urbanas, pelas quais se medirá a suposta prevalência de forças centrífugas (o que caracterizaria um processo de desconcentração). Essa tarefa torna-se ainda mais complexa quando se trata de um território de ampla diversidade social e econômica, com elevada desigualdade regional e uma rede urbana significativamente diversa no território. Esse é o caso brasileiro. Por consequência, em uma primeira aproximação, a mera adoção das metrópoles como polós de concentração expõe e induz ao risco de uma análise enviesada e uma interpretação equivocada, uma vez que, em muitos casos, o tecido urbano metropolitano se estende para a periferia imediata, configurando um mesmo espaço contíguo e integrado, ainda que os limites políticos administrativos definam territórios distintos.

Nesse sentido, fez-se a opção de adotar o recorde espacial correspondente as chamadas “Concentrações Urbanas”, que compreendiam as unidades de análise utilizadas, tomadas como uma manifestação de aglomeração populacional (centralidade demográfica). De acordo com o próprio IBGE (2016), a quem coube a tarefa de estabelecer esse tipo de aglomeração populacional, são consideradas concentrações urbanas aquelas que compreendem “os arranjos populacionais acima de 100.000 habitantes que possuem a urbanização como principal processo indutor da integração dos municípios. Como estes estão diretamente relacionados ao fenômeno urbano e suas dinâmicas, decidiu-se nomeá-los de Concentrações Urbanas” (IBGE, 2016, s/p). Esses arranjos específicos apresentam, por definição, alto grau de integração entre os municípios integrantes, em particular com

o núcleo. Além do grande tamanho populacional, podem ter manchas de urbanização que resultam da expansão de uma ou mais cidades, formando conurbações com formas variadas. Ao todo, para os recortes utilizados no último censo, foram distintas no país pelo IBGE um agregado de 185 Concentrações Urbanas, que envolviam um total de 660 municípios, conforme malha referente a divisão político-administrativa utilizada no Censo Demográfico de 2022.

Figura 1: Concentração Urbana da Capital e Concentração Urbana do Interior e Demais Municípios do Interior, Brasil 2023



Fonte: Adaptado de IBGE (2016).

Para fins de processamento, análise e interpretação dos dados, com base em tabulações específicas, as Concentrações Urbanas foram divididas em dois grupos, para cada uma das Unidades da Federação, denominadas: Concentração Urbana da Capital (CUC) e Concentração Urbana do Interior (CUI), como representado na Figura 1. Também foram

considerados os agrupamentos compostos pelos Demais Municípios do Interior (DMI), que incluíam todos aqueles fora de concentrações urbanas definidas em cada uma das Unidades da Federação (UFs).

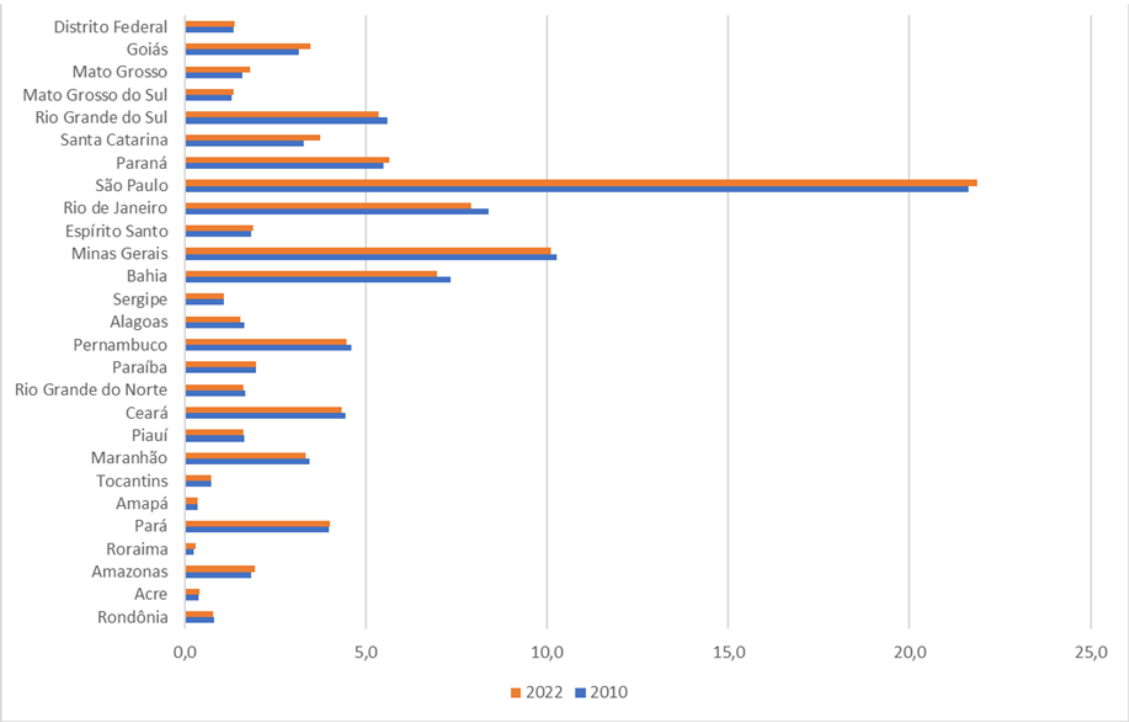
Para analisar a migração em cada década utilizou-se o conceito de migração de data-fixa, definido pela identificação do migrante como aquele residente que residia em municípios diferentes, na data do recenseamento e há cinco anos. Como no caso desse trabalho fez-se uso dos microdados dos censos demográficos de 1991, 2000 e 2010, cujos migrantes foram identificados nos períodos delimitados pelos seguintes quinquênios: 1986/1991, 1995/2000, 2005/2010. Assim são organizadas as matrizes migratórias, estimadas pela migração intermunicipal de data-fixa. Especificamente para análise dos estoques de população, também foram utilizados os dados do Censo Demográfico de 2022, dado que informações referentes ao questionário da amostra ainda não foram liberadas para acesso público.

IV. Discussão e primeiros resultados

Como se observa no Gráfico 1, em termos das Unidades da Federação, foram poucas as mudanças no peso relativos das mesmas no total da população brasileira. Com base na evolução da população entre 2010 e 2022, percebe-se que apenas 1,8% da população do país se redistribuiu entre as UFs. Algumas delas, como Santa Catarina e Goiás, apresentaram os maiores ganhos proporcionais. Rio de Janeiro e Bahia foram que exibiram os menores volumes de crescimento. Ou seja, o quadro foi pouco alterado em um período de dez anos.

Por outro lado, buscando captar a intensidade da redistribuição da população, com base em uma classificação dos municípios como pertencentes ou não a concentrações urbanas, também se percebe que, aparentemente, o quadro da rede de cidades pouco se altera no país entre os censos considerados, especialmente nos últimos. De fato, se em 2010 as concentrações urbanas que continham as capitais das UFs abrigavam pouco mais de 39% da população brasileira, esta proporção sofreu uma redução de menos de 0,37 pontos percentuais em 2022. Em contrapartida, os municípios pertencentes a outras concentrações urbanas e, sobretudo, os caracterizados como “dispersos”, incrementaram suas participações, muito embora também de forma muito sutil (Gráfico 2).

Gráfico 1: Distribuição da população residente por UF. Brasil, 2010 e 2022



Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2010 e 2022

Gráfico 2: Distribuição percentual da população do país segundo lugar de residência. Brasil, 2010 e 2022.



Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2010 e 2022

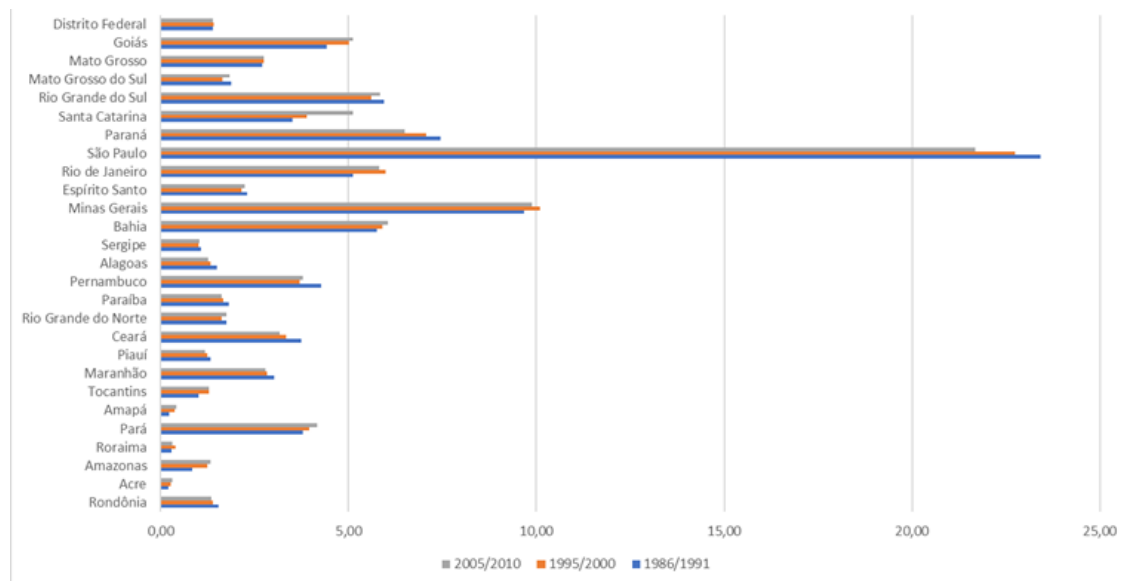
Os resultados que decorrem da análise do Gráfico 2 apresentam plena correspondência com a distribuição da migração interna entre os municípios brasileiros. Em primeiro lugar, há ainda que se considerar que os anos 2000 já correspondem a um período de queda do volume e intensidade da migração interna no Brasil, fato que já alerta para um

possível impacto sobre o processo de concentração demográfica nos grandes centros urbanos, característica marcante da história migratória contemporânea no Brasil, particularmente até os anos 1990. Os dados dos censos de 1991, 2000 e 2010, permitem inferir que, com a redução da migração interna, também houve significativas mudanças no peso relativo de cada Unidade da Federação no total dos movimentos migratórios do país. Como se constata no Gráfico 3, no período considerado, várias UFs ganharam peso relativo enquanto outras tantas perderam. No primeiro caso, UFs da região amazônica, como Acre, Amapá e Amazonas, e outras mais diretamente ligadas ao agronegócio ou expansão das fronteiras agrícolas, como Bahia, Goiás e Pará, assim como Rio de Janeiro e Santa Catarina (esta última no censo de 2022 apresenta um dos maiores crescimentos demográficos do país). No outro caso, ou seja, dos que perderam peso relativo na totalidade de migrantes internos registrado no país, estão grande parte do Nordeste e Sudeste, em especial São Paulo, incluindo parte da fronteira agrícola consolidada, como ocorreu em Mato Grosso do Sul. Finalmente, alguns estados mantiveram a posição que ocupavam em 1991, com destaque, novamente, aos estados onde o agronegócio é muito forte: Mato Grosso e Tocantins.

É importante notar, no entanto, que, comparando a situação de 1991 (referente à migração do quinquênio 1986/1991) e a de 2010 (quinquênio 2005/2010), percebe-se que muito pouca coisa mudou no cenário migratório nacional. Numa conta rápida, derivado dos dados que conformam o Gráfico 3, pouco mais de 5% da migração (que, devemos lembrar, já era menor em volume) mudou de “endereço” em termos das Unidades da Federação entre os censos de 1991 e 2010, sendo que as mudanças se deram, em geral, em favor daquelas UFs que representaram alguma novidade em termos de atrativos da migração, como o agronegócio ou mesmo a fronteira agrícola/mineral (Figura 2).

Os dados aqui analisados também mostram algo interessante: não há dúvidas que, embora tenha sido central para a configuração da atual rede urbana brasileira e, claro, para a concentração demográfica existente, a migração de longa distância não foi a que predominou na história recente da migração interna no Brasil.

Gráfico 3: Distribuição percentual da migração interna (data fixa) por Unidades da Federação. Brasil, 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010

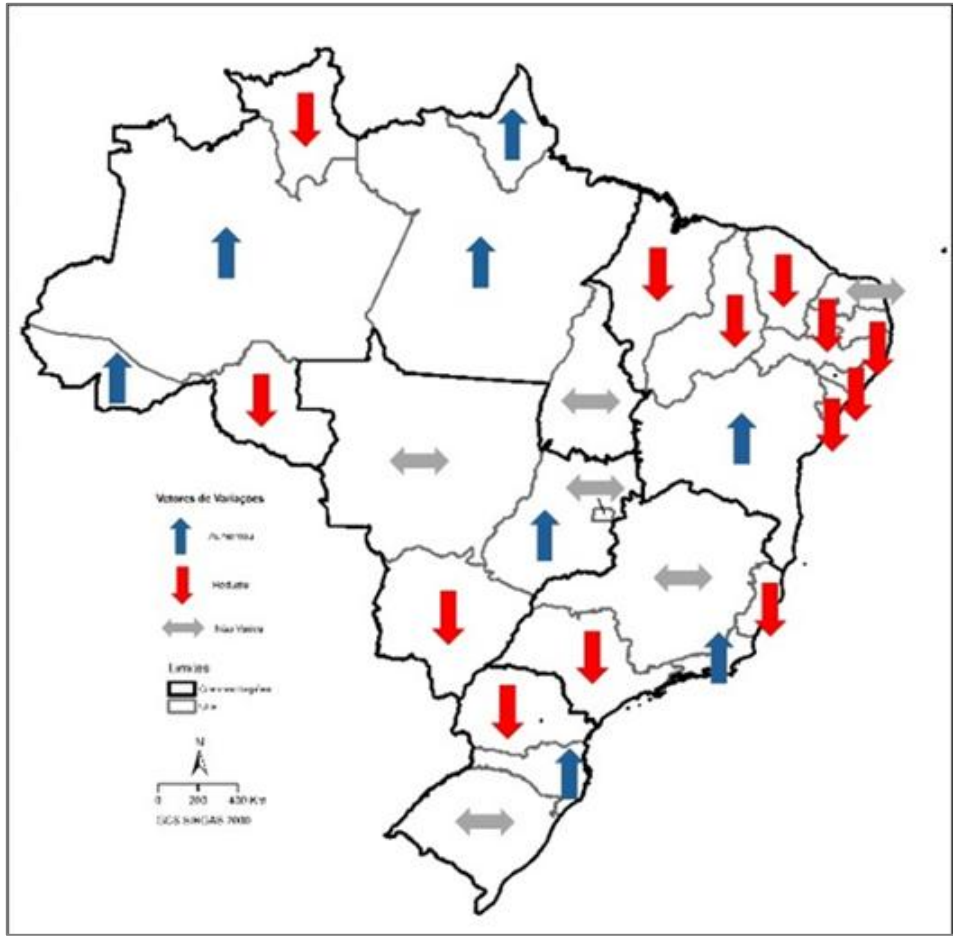


Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 1991, 2000 e 2010

De fato, observando a informação censitária nos vários estados brasileiros, percebe-se que, pelo menos desde meados dos anos 1980, a migração de origem intraestadual foi a que pautou boa parte das mudanças de residências da população da grande maioria das UFs, não obstante a existência de significativas diferenças. Como se nota no Gráfico 4, ao mesmo tempo em que se observam poucas variações ao longo do tempo, são percebidas diferenças marcantes entre os Estados, como o caso de Roraima e Amapá com participação média próxima a 30% e os estados do Sul, Sudeste e Nordeste.

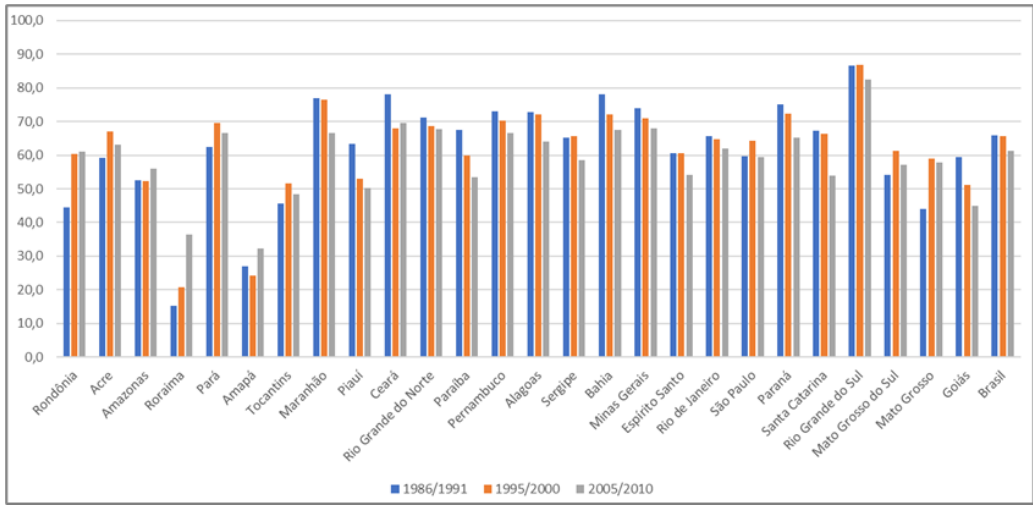
Especialmente no caso do Nordeste, chama muito a atenção a importância relativa dos movimentos migratórios intraestaduais (que envolvem cerca de 70% na maioria dos estados). No entanto, tal resultado pode refletir a importância das maiores concentrações urbanas, como as que contêm a capital como área de absorção destes migrantes. Vale notar, no entanto, que visivelmente a migração com origem dentro do próprio estado tem perdido importância relativa especialmente nos estados do Nordeste e Centro-Oeste (Gráfico 4). Nesse sentido, utilizando a mesma classificação quanto à pertença a alguma concentração urbana, percebe-se pelos gráficos 5 e 6 que, em 2010, a imigração interna apresentava algumas características interessantes.

Figura 2: Variação do peso relativo da imigração interna por Unidade da Federação 1991/2010



Fonte: Elaboração própria

Gráfico 4: Participação relativa da imigração (data fixa) com origem intraestadual. Brasil e Unidades da Federação, 1986/1991, 1995/2000 e 2005/2010



Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 199, 2000 e 2010

Nesse sentido, é interessante considerar que, embora se constate que, nos períodos 1995/2000 e 2005/2010, entre 41% e 49% de migração interna no país se dirigiu para municípios fora das concentrações urbanas, ainda assim, esse comportamento é bem diferenciado quando se observam os dados por UFs. Constata-se uma grande heterogeneidade regional, sendo que tais municípios (aqui rotulados de “Demais Municípios”) mostram-se mais importantes nos contextos das UFs nas quais o agronegócio ou áreas de expansão de fronteira têm prosperado e contribuído fortemente para o crescimento econômico e demográfico de algumas áreas. De fato, percebe-se que o peso relativo destes municípios é muito maior em UFs como Rondônia, Mato Grosso, Pará e Tocantins.

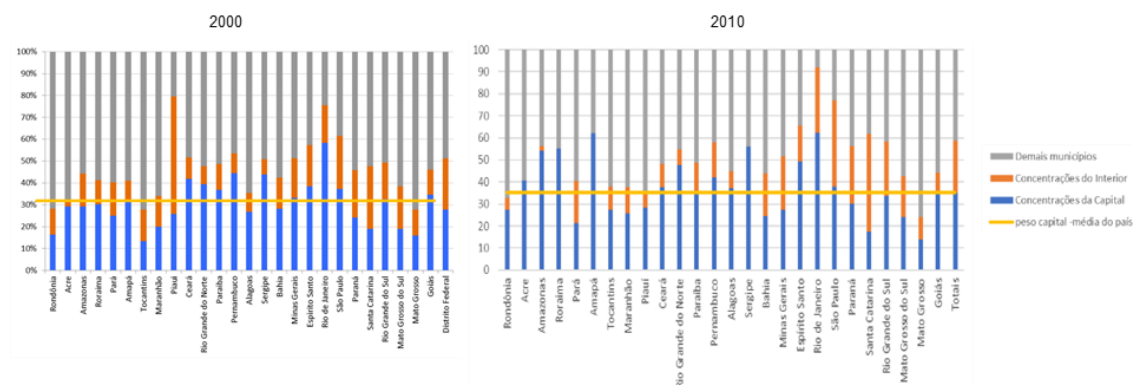
Por outro lado, o peso das grandes concentrações, especialmente aquelas que abrigam a capital do estado, se mostra muito significativo no Sudeste, Sul e, como já dito, também em várias UFs do Nordeste e Norte, onde não se registram fatores que fomentem o desenvolvimento do interior da mesma forma como fez e faz atualmente o agronegócio. Portanto, ainda que de forma preliminar, pode-se afirmar que, embora os dados populacionais mostrem pouco movimento da população em termos de sua redistribuição no espaço, inclusive no que tange exclusivamente à migração, parece haver no país uma pequena mudança que pode estar sendo determinada pela ação de atividades que, no passado, não eram tão decisivas para o processo de urbanização e migração como foi a industrialização.

Gráfico 5: Distribuição da imigração interna (data fixa) por concentrações de municípios. Brasil, 1995/2000 e 2005/2010



Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

Gráfico 6: Distribuição da imigração interna (data fixa) por concentrações de municípios. Unidades da Federação, 1995/2000 e 2005/2010



Fonte: IBGE, Censos Demográficos de 2000 e 2010.

É muito provável que tais mudanças também tenham tido impacto sobre a modalidade de deslocamentos migratórios de curta distância, que sempre predominaram no país. Há sinais que indicam que esse tipo de migração esteja perdendo espaço nas décadas atuais. Como já indicado, um olhar mais atento para os dados de 2000 e 2010 sobre a migração recente mostram que, para muitas UF, grande parte dos imigrantes registrados tiveram como origem a própria UF, mostrando como, em alguns contextos, estes movimentos passaram a predominar, e com ele os destinos diferenciados daqueles mais tradicionais, como os maiores centros urbanos. Cumpre, no entanto, compreender o papel desta migração nos contextos estaduais, em particular no que se refere à relação existente entre as principais concentrações urbanas, em específico, a de caráter metropolitano, e as demais regiões do estado.

No entanto, não se pode deixar de considerar que, se está havendo alguma mudança de padrão na distribuição da migração no espaço, parece ainda muito tímida. Como indicaram os dados aqui analisados dos censos de 2000 e 2010, para muitas UFs, a grande maioria da migração ainda continua dirigindo-se para as principais concentrações urbanas, mostrando, portanto, que se o processo de “interiorização” da migração existe, assim como a desconcentração demográfica, é ainda muito relativo e incipiente.

V. Considerações finais

O tema da desconcentração econômica e demográfica não é recente no Brasil, nem tampouco na América Latina. Como mostrado por Cunha (2022) , em um texto que buscava contextualizar o processo de urbanização, no início do século XXI já havia um

certo exagero da visão de que tal redistribuição das atividades e da população era intensa e espraiada por toda a região. Passados mais de vinte anos, esta questão ainda merece a atenção de pesquisadores que buscam discutir teses como a desmetropolização, a interiorização da população e o crescimento das cidades médias, nesse caso, sem grandes preocupações de estabelecer os contextos urbano-regionais onde estas se situam. Enfim, ainda parece haver muitas dúvidas sobre a realidade do processo de redistribuição espacial da população em tempos de grandes mudanças territoriais, muitas delas consubstanciadas pela chamada “reestruturação produtiva” que, entre outros efeitos, leva a pensar em novas formas urbanas e, portanto, numa transformação da rede de cidades.

Nesse sentido vale a pena citar um trecho de uma nota de pesquisa divulgada por um importante centro de estudos sobre as metrópoles, motivada pela análise preliminar dos dados do último censo brasileiro:

“Desconsiderando esse dado, matéria do Portal G1 (Censo do IBGE: Cidades médias ‘puxam’ crescimento do Brasil), por exemplo, concluiu que as cidades médias estariam “puxando” o crescimento do Brasil. O problema dessa matéria é justamente o fato de incluírem na categoria “cidade média” municípios de população entre 100 mil e 500 mil habitantes sem olhar para suas posições no sistema de cidades, ignorando que muitos deles fazem parte de concentrações urbanas metropolitanas.” (Rodrigues e Ribeiro, 2023)

No caso deste artigo, mesmo ainda sem poder contar com os dados sobre migração do Censo Demográfico de 2022, o que se busca mostrar aqui é que, mesmo reconhecendo algum movimento dos fluxos migratórios no sentido de se dispersarem pelo território brasileiro e certas mudanças nos padrões dessa migração, ainda assim é difícil assumir que se esteja assistindo uma efetiva desconcentração, ou mesmo um processo de interiorização da migração no país. Como se tenta demonstrar, os grandes centros urbanos estão longe de perder suas hegemonias como grande polos receptores da migração ou até como centros de redistribuição destes movimentos, neste caso, para regiões mais circunscritas às suas áreas de influência, o que configuraria muito mais uma intensificação do que se poderia chamar de desconcentração/concentrada.

Como dito, não se tem até o momento da conclusão deste texto os microdados do censo de 2022, mas apenas com a observação dos valores sobre os estoques de população residente, que permitiu trazer algumas inferências, ainda que, a despeito das crenças de

alguns pesquisadores, não sejam suficientemente fortes para se apostar em significativas mudanças na polarização da migração no Brasil. A conferir.

V. Referências bibliográficas

AZZONI, C. Indústria e reversão da polarização no Brasil. Ensaios Econômicos, São Paulo, IPE/USP, n. 58, 1986.

BRITO, F. As migrações internas no Brasil: um ensaio sobre os desafios teóricos recentes. Texto para discussão, n.366, Belo Horizonte: CEDEPLAR, 2009.

CHAMPION, A. G. Population Change and Migration in Britain since 1981: Evidence for Continuing Deconcentration. *Environment and Planning A: Economy and Space*, 26(10), 1501-1520, 1994.

CHÁVEZ GALINDO, ANA MARÍA ; PINTO DA CUNHA, JOSÉ MARCOS ; BARQUERO, JORGE ; MACADAR, DANIEL ; MOLINA, WENDY ; OLIVERA, GUILLERMO ; RODRÍGUEZ, JORGE ; SOBRINO, JAIME . Desconcentración concentrada y migración: una mirada desde grandes metrópolis de América Latina. *Revista Latinoamericana de Poblacion*, v. 16, p. e202108, 2022.

CUNHA, J. M. P. Urbanización, redistribución espacial de la población y transformaciones socioeconómicas en América Latina. Santiago do Chile; CEPAL (Publicación de las Naciones Unidas, Serie Población y Desarrollo 30), septiembre de 2002. 55p.

CUNHA, J.M.P; BAENINGER, R. A. Las migraciones internas en el Brasil contemporáneo. *Notas de Población*. Santiago de Chile, ano. XXXIII, n.82, 2007.

CUNHA, J.M.P. A migração interna no Brasil nos últimos cinquenta anos: (des)continuidades e rupturas. In: ARRETCHE, M. *Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos*. São Paulo: Editora UNESP; CEM, 2015, 279-307.

DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil; nem desconcentração, nem contínua polarização. *Nova Economia*, Belo Horizonte, v. 31, n. 11, p. 35-64, set. 1993.

IBGE, Arranjos populacionais e concentrações urbanas no Brasil/IBGE, Coordenação de Geografia. - 2. ed. - Rio de Janeiro : IBGE, 2016.

LOBO, C.; MATOS, R. E. S. Migrações e a dispersão espacial da população nas regiões de Influência das principais metrópoles Brasileiras. Revista Brasileira de Estudos de População, v. 28, p. 81-101, 2011.

LENCIONI, S. Cisão territorial da indústria e integração regional no estado de São Paulo. In: BRANDÃO, C.; GALVÃO, A.C.; GONÇAL VES, M. F . (org.) Regiões e cidades, cidades nas regiões: o desafio urbano-regional. São Paulo: Ed. Unesp, 2000.

LIMONAD, E. Urbanização dispersa mais uma forma de expressão urbana? Revista Formação, n. 14, v.1,2007, p. 31-45.

MARTINE, G. A redistribuição espacial da população brasileira durante a década de 80. IPEA, Texto para Discussão, n.329, Brasília, 1994.

MATOS, R. Questões teóricas acerca dos processos de concentração e desconcentração da população no espaço. Revista Brasileira de Estudos de População, São Paulo, p. 35-58, 1995.

GALINDO, A.M.C.; CUNHA, J.M.P. Urban migrations in the cities of Latin America and the Caribbean. In: Jesús M. González-Pérez, Clara Irazábal, Rubén C. Lois-González. (Org.). The Routledge Handbook of Urban Studies in Latin America and the Caribbean Cities, Urban Processes, and Policies. 1ed.London: Routledge, 2022, p.1-61.

RICHARDSON, H. W. Polarization reversal in developing countries. The Regional Science Association Papers. Los Angeles, v. 45, p. 67-85, 1980.

RIGOTTI, J.I.R. Dados censitários e técnicas de análise das migrações no Brasil: avanços e lacunas. IN: CUNHA, J.M.P. (org) Mobilidade Espacial da População: Desafios teóricos e metodológicos para o seu estudo. Campinas: NEPO/UNICAMP, 2011.

RIGOTTI, J.I.R.; CAMPOS, J. ; HADAD, R. M. Migrações internas no Brasil: (des)continuidades regionais à luz do Censo Demográfico 2010. GEOGRAFIAS (UFMG), v.1, p.8-24, 2017.

RIGOTTI, J.I.R. Reflexões sobre as tendências da redistribuição espacial da população no Brasil, à luz dos últimos resultados do Censo Demográfico 2010. Ciência e Cultura, v. 64, p. 54-57, 2012.

RODRIGUES, J. e RIBEIRO, L.C.Q. Distribuição da população brasileira segundo o Censo 2022: desmistificando o esvaziamento das metrópoles. Observatório da Metrópoles (Artigos Semanais), Rio de Janeiro, 2023.

<https://www.observatoriodasmetrolopes.net.br/distribuicao-da-populacao-brasileira-segundo-o-censo-2022-desmistificando-o-esvaziamento-das-metrolopes/> (consultado 06/07/2023)

TOWNROE, P.; KEEN, D. M. Polarization reversal in the state of São Paulo, Brazil. Journal of the Regional Studies Association, Cambridge, v. 18, n. 1, Feb. 1984.